



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 01/2023

Data da Sessão Ordinária

24 de fevereiro de 2023

Início

20:30 horas

Termo

23:21 horas



Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo, nove, de catorze de fevereiro de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista, tinha solicitado a suspensão do mandato por seis meses, por motivos de saúde. Para ocupar o lugar, tomou posse a Senhora Sónia Cristina Dias Sobral, do Partido Socialista. -----

A Senhora Deputada Municipal Vanessa Isabel Nascimento Almeida, do Partido Socialista, solicitou a sua substituição para esta Assembleia por motivos profissionais. Em sua substituição, esteve a Senhora Célia Maria Rodrigues Abreu, do Partido Socialista. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Carla Alexandra Pereira Silvério, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Carmen Dolores Gomes da Silva, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, Célia Maria Rodrigues Abreu, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Ricardo, Ana Luísa Cartaxo Manique e Paulo Gameiro Sena Freitas. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, Pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira e pelo Senhor Vereador Alexandre Emanuel Ramos Marques. - Também esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, o Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. O Senhor Mikael Dias, Técnico Superior (Jurista) e o Senhor Daniel Oliveira, Técnico de Informática, funcionários da Autarquia, no apoio logístico à Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. -----



Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois e o dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número cinco de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pretendia efetuar alguma intervenção neste período antes da ordem do dia. –

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente, começando por cumprimentar todos os presentes. Nesta sua intervenção inicial, pretendia apenas em nome do executivo, manifestar uma sentida saudação ao Excelentíssimo Senhor General, Eduardo Mendes Ferrão, antigo Comandante da Brigada Mecanizada, sediada no Campo Militar de Santa Margarida, pela proposta do governo para futuro Chefe do Estado Maior do Exército. Lembrou que tinha sido o Senhor General Eduardo Mendes Ferrão, enquanto Comandante da Brigada Mecanizada, que tinha ajudado a desbloquear as obras de requalificação da Estrada Militar, dentro do perímetro urbano de Malpique. Para este novo desafio, o executivo Municipal desejava ao Senhor General Eduardo Mendes Ferrão, as maiores felicidades. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas, se pretendiam fazer alguma intervenção neste período antes da ordem do dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que pretendia apresentar duas questões: a primeira, referente a uma notícia saída na presente semana na Comunicação Social, referente a uma avaria no emissário da ligação de esgotos da Vila de Constância para a ETARI (Estação de Tratamento de Águas Residuais e Industriais) do CAIMA, questionando se era verdade? Se sim, pretendia saber o que é que se tinha passado. --- A segunda questão, referia-se às inúmeras multas por mau estacionamento, na Freguesia de Montalvo, nomeadamente na Rua Annes de Oliveira (rua principal). Aos atuados, tinha sido aplicado o descrito na Alínea a) nº 1 do Art.º 50º do Código da Estrada. Tendo a Câmara Municipal de Constância um Regulamento Municipal de Trânsito em vigor, publicado em Diário da



República, questionava se as Forças de Segurança do Concelho teriam conhecimento do mesmo? Em sua opinião, sendo conhecedor de ambos os documentos referidos, interpretava a atuação das Forças de Segurança da seguinte forma: ou desconhecimento do Regulamento de Trânsito do Concelho, ou excesso de zelo! Os cidadãos autuados ao reclamarem, dirigiriam as suas reclamações para a Câmara Municipal, enchendo o Município de requerimentos. Independentemente da sua discutível razão, fosse ela pela ambiguidade entre o Regulamento do Município e o Código da Estrada, fosse por outra razão qualquer, era preciso atuar rapidamente! -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder a estas duas questões. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão relacionada com o problema surgido no emissário de esgotos da Vila para a ETARI do Caima, referindo que a situação tinha sido motivada apenas e só, pelo disparo do disjuntor no quadro elétrico, resolvida ainda no mesmo dia. Relativamente à forma como tinha sido apresentada a notícia, em seu entender, deveu-se à deficiente fonte da informação e à falta de interesse do referido jornal em aguardar pelo contraditório. -----

Quanto às multas por mau estacionamento na Freguesia de Montalvo, já várias pessoas o tinham abordado e falado sobre o assunto. Tinha feito uma reunião com o Senhor Comandante do Posto da GNR de Constância e abordado o assunto, num ato de sensibilização, uma vez que o Presidente da Câmara não tem competência para interferir no trabalho que às forças de segurança diz respeito. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a questionar as Bancadas se pretendiam fazer mais alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, solicitando o ponto de situação das obras na Avenida das Forças Armadas em Constância. Também pretendia ser esclarecido sobre as obras previstas para o Cemitério da Vila. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar uma Saudação sobre o dia oito de março, dia internacional da mulher e um Voto de Indignação pela não abolição de portagens na A-23 e A-13. -----

Com a devida autorização, a Senhora Deputada Municipal passou à leitura do primeiro documento. -----





O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Saudação apresentada pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária a votação para aceitação e discussão, sendo aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Saudação a votação, sendo igualmente aprovada por unanimidade, constituindo-se como **(ANEXO I)** desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária que fizesse a apresentação do Voto de Indignação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Indignação apresentado pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária a votação para aceitação e discussão, sendo aprovado por unanimidade. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Indignação a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade, constituindo-se como **(ANEXO II)** desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada tinha uma Recomendação para apresentar, intitulada “Pelo direito à habitação”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Deputada Municipal que passasse à leitura da referida Recomendação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação apresentada pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária a votação para aceitação e discussão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas, se pretendiam fazer alguma intervenção sobre a Recomendação. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por referir o seguinte: concordava com o mencionado no primeiro parágrafo da Recomendação, no entanto, em seu entender, o restante estava em contradição, quando recomendava à Câmara Municipal para implementar as ações na estratégia local de habitação, um assunto já explicado aquando da apresentação do orçamento para o presente ano, tendo sido na altura mencionado que estariam previstas ações a partir do ano de dois mil e vinte e quatro, e não no presente ano. O que o Município precisava era de fundos comunitários vindos através do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) ou do Quadro Comunitário, para que se conseguisse fazer habitação a custos controlados ou social. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, questionando se ao nível do concelho existia algum levantamento em termos de necessidades naquela área? -----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra para melhor clarificar a situação atual; - Não só no concelho de Constância, como em todos os Municípios vizinhos, quando tinha saído a existência de apoios para habitação, pensavam que aqueles apoios iriam permitir aos Municípios acesso a financiamentos comunitários para poderem construir habitações, tal como há alguns anos tinha acontecido para as construções de blocos habitacionais no Bairro do Chão da Feira, e em Santa Margarida, em que o próprio Município arrendava ou vendia a preços acessíveis às pessoas. Esta era a ideia que tinham sobre a Estratégia Local de Habitação. Quando saiu o programa, verificaram que o dinheiro que iriam receber para construir habitação social ou a custos controlados, era só para agregados familiares a viverem em situações indignas, estando já identificados os agregados que poderiam usufruir daquela medida, não havendo assim uma linha geral que os Municípios pudessem aproveitar, a fundo perdido ou em condições vantajosas. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU—Coligação Democrática Unitária, referindo que todos concordavam que o acesso à habitação era um problema. Era uma situação que se vinha agravando, embora tivessem sido tomadas algumas medidas por parte do governo para fazer face ao aumento das taxas de juros. No entanto, verificavam que não existia uma política eficaz, que desse resposta às necessidades de habitação, um direito fundamental. Não compreendia como é que a Estratégia Local de Habitação prevista para implementação no concelho era apenas para dois mil e vinte e quatro, quando outros Municípios, inclusive da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, já tinham protocolos assinados para a sua implementação. Concordava que esta medida não iria responder às necessidades das famílias que tinham baixos rendimentos, e a Recomendação apresentada pretendia reforçar o poder da Câmara Municipal em conjunto com outras autarquias, na pressão que poderiam fazer na obtenção de instrumentos financeiros que promovessem a habitação a custos controlados, tanto para arrendamento como para venda. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Recomendação a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, constituindo-se como (**ANEXO III**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Ainda neste período Antes da Ordem do Dia, solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Senhor José Manuel Ricardo, para apresentar a seguinte questão: no final do ano de dois mil e vinte e dois, tinha circulado na sua freguesia que a Doutora Lurdes, médica a prestar serviço na Extensão de Saúde de Santa Margarida da Coutada, se iria reformar no início de dois mil e vinte e três. Pretendia saber se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha alguma informação sobre o assunto, e que medidas estavam previstas? -----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, sobre as obras na Avenida das Forças Armadas, em Constância; as obras não estavam totalmente concluídas, faltando apenas alguns retoques, algumas coisas de pormenor. -----

Relativamente às obras previstas para o Cemitério Municipal de Constância; já tinha sido enviado informalmente, à DGPC (Direção Geral do Património cultural) o pedido de desafetação da área “Non Aedificandi” à volta da Igreja, quer para a nova ampliação, quer para a que tinha sido feita no ano de mil novecentos e noventa e nove, aguardando-se uma resposta daquela entidade. Enquanto a desafetação não estivesse concluída não poderiam avançar com a empreitada. -----

Relativamente à questão apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada; tinha tido conhecimento que a Doutora Lurdes tinha solicitado a sua aposentação e, de imediato, tinha contactado a Senhora Diretora do ACES, Médio Tejo (Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo), questionando-a se estava prevista a sua substituição. A resposta tinha sido positiva, estando o ACES a procurar uma solução. O Município iria continuar a acompanhar o processo de perto. Era a única informação que poderia disponibilizar. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar um Voto de Solidariedade e Pesar para com o povo Ucrainiano, uma renovação do Voto apresentado na Sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, um dia após o início da invasão da Rússia à Ucrânia. -----

Com a devida autorização, a Senhora Deputada Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Solidariedade e Pesar apresentado pela Bancada do Partido Socialista a votação para aceitação e discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção! Não havendo intervenções, o Voto de Solidariedade e Pesar foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade, constituindo-se como (**ANEXO IV**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU–Coligação Democrática Unitária, referindo que passado um ano em que a






Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária tinha apresentado nesta Assembleia Municipal uma Declaração de Voto sobre a guerra na Ucrânia, pessoalmente não estava nada arrependida da forma como a tinham feito, uma vez que o tempo lhe tinha dado razão às dúvidas que na altura se colocavam. Em face do referido, a Bancada da CDU-Coligação democrática Unitária pretendia apresentar um Voto de Condenação da escalada de confrontação e guerra e de exigência da paz! -----


Com a devida autorização a Senhora Deputada Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de condenação da escalada de confrontação e guerra e de exigência da paz! apresentado pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, a votação para aceitação e discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção! -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que o texto apresentado era em seu entender, completamente incoerente, porque; se o principal motivo apresentado no Voto de Condenação, era pelo facto de não terem sido cumpridos os acordos de Minsk, então, haveria outras formas de reivindicar que não passassem pela invasão de um País. Faria todo o sentido socorrerem-se da via diplomática. Em pleno século vinte e um, em sociedades ditas democráticas, regressarem à idade média e ao século passado, com o conhecimento dos horrores das, primeira e segunda guerra mundial, não se coadunava com a decisão do Presidente da Rússia invadir um País, sabendo que o resultado seria abrir uma guerra. Os factos revelavam que; havia um País invasor e um País invadido, e que passado um ano, existia um País completamente destruído, com inúmeros crimes de guerra cometidos. Ouvir o Presidente da Rússia falar como se de uma vítima se tratasse, era bem revelador que o seu objetivo não era apenas ficar-se pela Ucrânia. O seu objetivo era muito mais vasto. O texto apresentado no Voto de Condenação, pese embora concordasse com a solidariedade manifestada para com todas as vítimas da guerra, no restante era incoerente, ao não reconhecer a invasão da Ucrânia pela Rússia. Em seu entender, se a Rússia retirasse, acabava a guerra, pelo contrário, se a Ucrânia deixasse de se defender e de lutar, acabava a Ucrânia. De acordo com o referido pelo Presidente russo, a Rússia nunca iria perder aquela guerra, se necessário fosse, recorreriam à utilização de armas nucleares. Era uma afirmação muito grave! Em sua opinião, fazia todo o sentido que o governo Português apoiasse a Ucrânia, não só por uma questão de solidariedade moral, como da nossa segurança. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido





Socialista, para referir que estava totalmente de acordo com a intervenção da sua colega de Bancada, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, uma vez que o Voto de Condenação apresentado pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária era incoerente e tendencioso ao nunca referir a invasão da Ucrânia pela Rússia. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia esclarecer alguns pontos que pelos vistos não teriam sido bem interpretados: - De uma forma desapaixonada, passado um ano a ouvir comentários na comunicação social de pessoas ditas entendidas, que estudaram e estudam geopolítica, algumas delas militares, sobre a Invasão Russa à Ucrânia, que ela própria condenava, não entendia onde é que estava a dita incoerência no texto do Voto de Condenação! O povo ucraniano e o povo russo, particularmente o primeiro, estavam a sofrer, era um facto, no entanto, não poderia ficar esquecido que no historial daqueles Países, existia um acordo celebrado em dois mil e catorze e dois mil e quinze, do qual não se tinha feito muito eco, concretamente, com a invasão da Crimeia. Nunca mais ninguém se tinha preocupado com os acordos de Minsk. Em sua opinião, o que o mundo precisava era de paz. E não era com armas que a paz se conquistava. ----- Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o “Voto de condenação da escalada de confrontação e guerra e de exigência de paz!”, apresentado pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, a votação, sendo o mesmo rejeitado por maioria, com cinco votos favoráveis da bancada da CDU, e treze votos contra de toda a Bancada do Partido Socialista, constituindo-se como (ANEXO V) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminado o “Período Antes da Ordem do Dia” e, antes de solicitar à Senhora Primeira Secretária da Mesa a leitura do Edital e da respetiva Ordem de Trabalhos, informou que pretendia fazer duas correções à Ordem de Trabalhos: a primeira, no ponto número dois, deveria ser cortada a palavra “Projeto”. A segunda correção, no ponto número três, devendo ser retirada a frase “Período de discussão pública”, por não fazer sentido, uma vez que já tinha acontecido. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para fazer a leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos com as alterações propostas, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----





1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Plano Municipal para a igualdade e a Não Discriminação 2023-2026 – Para deliberação; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação do Projeto de Regulamento do Programa VILA POEMA – Proximidade, Entreeajuda, Missão e Apoio – Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de “Desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com área de 2.250,00m², sita em “Casal da Igreja”, Aldeia de Santa Margarida da Coutada, destinada a integrar os lotes de terreno número 1 (um) a seis (6), do loteamento de iniciativa municipal, com a mesma localização – Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de contratação financeira para aquisição de 1 (um) autocarro HD 13, TENSA, ao abrigo do acordo quadro e respetiva adenda – CNCM – AQ/40/2020, OPCIONAL 2.15, da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM) – Autorização Prévia – Para deliberação; -----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de “Alteração Orçamental Modificativa nº1/2023” – Para deliberação; -----
7. Declaração LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) reportados a 31/12/2022 – Para conhecimento; -----
8. Informação sobre a situação económica e financeira do 1º semestre de 2022 – Para conhecimento; -----
9. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; -----
10. Outros assuntos de interesse. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Havendo público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém do público pretendia intervir. -----

Inscreveu-se o seguinte cidadão: -----

Senhor Rui Manuel Ferreira, residente em Montalvo – Cujos assuntos diziam respeito a; estacionamento e multas de trânsito na Freguesia de Montalvo e, atribuição das tasquinhas e quiosques nas Festas do Concelho. -----

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Rui Manuel Ferreira, para expor os assuntos. -----

No uso da palavra, o Senhor Rui Manuel Ferreira começou por referir o assunto relacionado com um número elevado de multas de trânsito por estacionamento, na Freguesia de



Montalvo. Em seu entender, se fossem aplicadas pelas forças de segurança as regras normais descritas no código da estrada para estacionamento, a Freguesia de Montalvo ficaria sem estacionamento nas ruas. Não havendo nenhuma rua com três vias, logo, quem ultrapassasse teria que entrar na faixa contrária. Este era um assunto que de tão bizarro, mereceria ser tratado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal junto das autoridades competentes. Lembrou, que só agora é que tinha acontecido uma quantidade tão elevada de multas por deficiente estacionamento, cerca de uma centena, na Avenida principal, local único de comércio na Freguesia. Considerava, tratar-se de uma caça à multa. Se por um lado a GNR estava a cumprir com a Lei, por outro lado as pessoas precisavam estacionar as suas viaturas! A crescer a tudo isto, as pessoas autuadas, dirigiam-se ao Multibanco para liquidarem o valor da multa, e o código para pagamento dava errado! Era tal a confusão que desacreditava as instituições envolvidas. -----

A segunda questão que pretendia apresentar, dizia respeito à atribuição de tasquinhas e quiosques para as festas do Concelho. Pretendia saber se todas as Associações candidatas estavam em pé de igualdade com a apresentação da candidatura, nomeadamente, se todas tinham na Câmara Municipal, os documentos obrigatórios para atribuição de subsídios, ou, se tinham entrado no sorteio, Associações em incumprimento? Não era justo que aparecessem Associações a candidatarem-se a um quiosque ou tasquinha, não cumprindo com as regras e os regulamentos, em prejuízo das que se esforçavam para cumprirem. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelo Senhor Rui Manuel Ferreira. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão do estacionamento na Freguesia de Montalvo, referindo que já tinha sido abordado aquele assunto no início da Assembleia pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, e, mais não poderia referir. No entanto, a intervenção do Senhor Rui Manuel Ferreira vinha reforçar a pertinência do assunto, e dele tinha tomado boa nota. -----

Relativamente à atribuição de tasquinhas; tinham concorrido cinco Associações para cinco lugares, tendo sido todas contempladas e, pelo que lhe tinha sido transmitido, todas tinham o Registo Municipal do Associativismo em dia. Relativamente aos quiosques para venda de bebidas; a Câmara Municipal tinha disponibilizado quatro espaços e tinham concorrido oito Associações, tendo ficado quatro sem espaço atribuído. -----

Não havendo mais intervenções do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato para o Ponto número dois da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO 2023-2026 – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a CIMT - Médio Tejo (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), tinha visto aprovada uma candidatura a fundos comunitários no ano de dois mil e vinte, para o desenvolvimento das matérias referidas no ponto em análise. Tinha sido contratada uma empresa de consultores, que tinham efetuado o diagnóstico de todos os Concelhos do Médio Tejo, tendo proposto um conjunto de ações internas e externas. Internas, naquilo que era a atividade interna na Câmara Municipal. Externas, para a população de uma forma geral. Era um plano que visava ser executado ao longo dos anos de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e seis, promovendo um conjunto de ações, tendo em vista o melhoramento e eliminação da discriminação, fosse ela étnica, racial, religiosa, política ou outra. Era um documento que considerava bastante importante para aquilo que todos os Concelhos ambicionavam, que era; serem territórios cada vez mais igualitários nas questões da discriminação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre o assunto. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para questionar qual a razão do diagnóstico referir zero casos de violência doméstica no ano de dois mil e vinte, mas depois, em outro gráfico, aparecer o valor de cem por cento! Também em relação às metas para o ano de dois mil e vinte e três, muitas estavam a zero. Qual a razão? -----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que se sentia envergonhada, ao verificar que no documento eram referidos os ganhos médios das mulheres em relação aos homens e, em todos os cargos, os ganhos das mulheres eram inferiores. Em pleno século vinte e um, esta diferença ainda existir, era vergonhoso. Referia-se ao Município de Constância, mas, nos outros Municípios, certamente se passaria o mesmo. Como mulher, esperava que esta situação se alterasse rapidamente. -----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que; encontrando-se as metas a zeros, quando eram referidas ações de formação, as metas eram sempre de um (1). Seriam formações anuais? -----








Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que compreendia o facto de o diagnóstico ter sido contratualizado a uma empresa para fazer o trabalho, só não entendia a razão de não terem adaptado os diagnósticos a cada Município. Deu como exemplo, o documento referir “departamentos”, quando no Município de Constância só existirem “divisões”. Era apenas uma questão de pormenor, mas não deveria existir! Também tinha dúvidas quando era referido “população ativa com dificuldades no ano de dois mil e onze”, deveria haver algum equívoco, uma vez que já existiam dados mais recentes. Sobre os zero (0) casos de violência doméstica no Concelho no ano de dois mil e vinte, não os compreendia, uma vez que existiam pessoas alojadas em habitações sociais por serem vítimas de violência doméstica. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, começando pelos crimes de violência doméstica no Concelho de Constância; referiu que os registos só tinham sido iniciados na base interna da Câmara Municipal a partir da criação do gabinete “Maria”. A informação nos registos, no ano de dois mil e vinte, ainda não existia. Segundo informações da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vitima), tinham acontecido naquele ano três casos no Concelho. Assim, seria um lapso. Relativamente à percentagem de cem por cento sobre violência doméstica, o dado dizia respeito à CIMT - Médio Tejo como um todo, logo, o quadro não estava correto. Quanto às ações previstas para dois mil e vinte e três, não tinham sido definidas metas, uma vez que já se estava no mês de fevereiro. -----

Relativamente às questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a diferença verificada nos ganhos médios entre homens e mulheres, tratava-se de uma questão estrutural, que passava pelo facto de no passado terem existido muito mais trabalhadores do sexo masculino na Câmara Municipal, alguns com profissões que tinham transitado para a categoria de Assistente Operacional. Como o seu vencimento era superior, não poderiam ser prejudicados tendo ficado a usufruir de um vencimento superior. Lembrou que neste caso em concreto das profissões, atualmente, sejam homens ou mulheres, na mesma categoria e com a mesma antiguidade, recebiam exatamente o mesmo vencimento. -----

Quanto às questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre as ações de formação apresentarem o número um (1), era mais um lapso, a não ser que se tratasse de alguma

formação de qualificação dirigida a algum quadro superior, caso contrário, apresentaria outros valores. -----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Demócrita Unitária, a Câmara Municipal de Constância não possuía “departamentos”, era mais um erro do documento, tal como a referência ao ano de dois mil e onze. Em relação aos crimes por violência doméstica, já tinha respondido anteriormente. -----

Voltou a pedir a Palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que concordava com a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal quanto às diferenças salariais entre homens e mulheres na Câmara Municipal, no entanto existiam outras, como; as avaliações de desempenho e as quotas que muitas vezes impediam as mulheres de progredirem nas carreiras. Questionou se o diagnóstico já incluía os novos trabalhadores das escolas? Por fim, e em jeito de comentário, referiu que, para um estudo com tantas “gralhas” ter custado pelas suas contas, quase vinte e nove mil euros, era muito dinheiro para tão pouco rigor. -----

Em resposta à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que em relação às avaliações de desempenho SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública), o Presidente avaliava muito poucos funcionários. O Chefes de Divisão é que tinham essa função, e total autonomia e independência. O Presidente da Câmara respeitava as suas opiniões. ----- Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto, constituindo-se como (ANEXO VI) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA VILA POEMA - PROXIMIDADE, OPORTUNIDADE, ENTREAJUDA, MISSÃO E APOIO – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que vinham verificando que existia na população do Concelho um conjunto de agregados familiares, na sua grande maioria com reduzidos recursos financeiros, a necessitarem de apoio para pequenas reparações nas suas habitações, em serviços como; eletricidade, canalizações, carpintaria, etc. não encontrando nem sabendo a quem se dirigir. Para





responder àquele nível de trabalhos, tinham surgido dois empresários do Concelho, que de forma voluntária, já tinham feito alguns daqueles serviços, em que as pessoas compravam os materiais, e as empresas ofereciam a mão de obra. Entendiam os empresários, que a Câmara Municipal também deveria estar envolvida no projeto. Nesse contexto, era entendimento da Câmara Municipal, que para este efeito, deveria ser criado um Regulamento que desse enquadramento àquelas situações. Era este o propósito do documento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão sobre o assunto. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando se era possível saber quem eram os empresários e, se existia alguma estimativa de custos para o Município? -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente à identificação dos empresários, não estava habilitado a fazê-lo por falta de autorização dos mesmos. Se o Regulamento fosse aprovado, a informação teria que ser pública, uma vez que que teria que ser aprovado um Protocolo entre a Câmara e os empresários, e disponibilizada toda a informação. Relativamente aos custos para o Município; não se perspectivavam custos, uma vez que os interessados adquiriam os materiais, e as empresas faziam as pequenas obras solicitadas, de forma gratuita. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE “DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM ÁREA DE 2.250,00m², SITA EM “CASAL DA IGREJA”, ALDEIA DE SANTA MARGARIDA DA COUTADA, DESTINADA A INTEGRAR OS LOTES DE TERRENO NÚMERO 1 (um) A 6 (seis) DO LOTEAMENTO DE INICIATIVA MUNICIPAL, COM A MESMA LOCALIZAÇÃO – PARA CONHECIMENTO; -

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Município tinha um projeto para um loteamento em Santa Margarida da Coutada, junto ao edifício da antiga Casa do Povo, elaborado há cerca de quinze anos. De acordo com o mercado atual e das necessidades sentidas pelas pessoas, particularmente das que mostravam interesse em viver naquela Freguesia de Santa Margarida da Coutada, o que



procuravam eram lotes para construir habitação própria, evitando viverem em apartamentos. Para o efeito, deu o exemplo dos apartamentos construídos em Malpique. Tendo em conta o panorama referido, tinha sido entendimento do Município, proceder a uma alteração ao loteamento eliminando os blocos habitacionais, transformando os espaços em seis lotes para habitação individual com dois pisos. Daqueles seis lotes, dois que confinavam com a Rua dos Combatentes, poderiam no Rés do Chão, abrir como comércio e serviços. Da área que no anterior projeto ficaria comum e do domínio público da Câmara, com cerca de dois mil duzentos e cinquenta metros quadrados, propunha-se que fossem afetados ao domínio privado da Câmara, por forma a poderem serem distribuídos pelos novos lotes. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão sobre o assunto. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que tinha lido atentamente o documento em análise e ouvido com a devida atenção as explicações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no entanto, continuava com algumas dúvidas! De acordo com a sua interpretação, no projeto inicial, existiriam vinte e oito moradias, e vinte e dois apartamentos com garagem, num total de cinquenta habitações. O que pretendia saber era o seguinte: abolidas as habitações plurifamiliares (blocos), quantas habitações é que o loteamento iria ter? Também pretendia saber a que alterações se referiam, quando mencionavam “com as alterações em vigor”? Por último, pretendia referir que era com muito gosto que a Bancada da CDU assistia a todo este processo, uma vez que era um seu desejo antigo, manifestado em Assembleias anteriores. Mesmo com alterações, o importante era que a urbanização avançasse. -----

Em resposta ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, com a alteração proposta, tinham transformado os seis lotes para blocos de apartamentos, em seis lotes para moradias com dois pisos, sendo que as duas moradias da frente, confinantes com a Rua dos Combatentes, o rés do chão poderia ser utilizado como comércio e serviços. Relativamente às obrigações legais que se tinham alterado nos últimos quinze anos, solicitaria ao Senhor Engenheiro Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, para melhor esclarecer o assunto. Quanto ao desejo da CDU-Coligação Democrática Unitária em ver finalmente concretizado este loteamento, referiu que o Partido Socialista só estava à frente da Câmara Municipal há cinco anos e dois meses, e o projeto tinha quinze anos. Com a devida autorização, deu a palavra ao Senhor Engenheiro Jorge Heitor, para esclarecer as obrigações legais referidas. -----



No uso da palavra, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor começou por dizer que o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, certamente se referia à informação de sua autoria, espelhada no documento em análise. Assim, para esclarecimento, dava apenas alguns exemplos: - O projeto de eletricidade, assim como o de telecomunicações teriam que ser retificados, uma vez que a legislação tinha sido alterada. O projeto de gás, ainda não existia ou não era obrigatório e, as acessibilidades com as rampas de acesso, tinham legislação recente. Estas eram as principais alterações legislativas. Para reforçar o que tinha sido apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no respeitante ao número de pisos por moradia, referiu que nos lotes com maior declive, era permitida a construção de cave. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que depois de ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não poderia deixar de referir que o loteamento já se encontrava parcialmente infraestruturado, tendo a Câmara já investido muito dinheiro anteriormente. Relativamente à reformulação do loteamento com a supressão dos blocos de apartamentos, pretendia em complemento do que já tinham referido na Recomendação apresentada pela sua Bancada no período “Antes da Ordem do Dia”, quando o Senhor Presidente da Câmara como justificação para a supressão dos referidos blocos, tinha referido que as pessoas preferiam moradias unifamiliares, então questionava; que respostas estavam previstas para aquelas pessoas que não conseguiam fazer uma moradia? Relativamente ao exemplo dos blocos de Malpique, lembrou que aqueles blocos eram privados, aplicavam os valores que queriam, e por esse mesmo motivo, continuavam a não ser acessíveis a todas as pessoas. Se assim não fosse, estariam certamente todos ocupados. A Câmara Municipal, tinha a obrigação e o dever, de promover blocos habitacionais para as pessoas mais carenciadas, conseguindo orçamentos muito mais baixos na sua construção. Em sua opinião, o loteamento em análise deveria manter os blocos de apartamentos inicialmente previstos. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que respeitava a opinião da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, embora discordando, uma vez que em sua opinião, construir blocos de apartamentos naquele loteamento e no local previsto, seria um enorme erro, uma vez que ficaria muito pouca atrativa a construção de moradias por detrás dos blocos. Relativamente aos apartamentos em Malpique, a última vez que tinha tido conhecimento dos preços por apartamento, estes rondavam os quarenta mil euros, nada exagerado como referia a Senhora Deputada Municipal. -----

Não Havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o




ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto, constituindo-se como (ANEXO VII) desta Ata e dela fará parte integrante. -----


PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO FINANCEIRA PARA A AQUISIÇÃO DE 1 (UM) AUTOCARRO HD 13, TEMSA, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO E RESPETIVA ADENDA - CNCM - AQ/40/2020, OPCIONAL 2.15, DA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS (CNCM) - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o autocarro municipal só poderia continuar a transportar crianças, de acordo com a lei, até fazer dezasseis anos de idade. Essa data era atingida em fevereiro de dois mil e vinte e quatro. Assim, era necessário dar início ao processo da sua substituição o mais rápido possível. Como era uma despesa que ultrapassava os três anos, era necessário para poderem contrair uma locação financeira, solicitar autorização prévia à Assembleia Municipal. Embora o autocarro estivesse em boas condições de funcionamento, a lei não o permitia a partir dos dezasseis anos. Era, em sua opinião, uma injustiça, mas era a lei. - Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, questionando que estando o autocarro em boas condições de funcionamento, apenas limitado ao transporte de crianças até aos dezasseis anos, o que é que a Câmara Municipal estava a pensar fazer do mesmo? Se, dado em troca, qual o retorno? Ficava com ele para as restantes funções? -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Senhor Vereador Alexandre Marques, para responder àquelas questões, uma vez que era quem estava a acompanhar o processo. -----

Em resposta, o Senhor Vereador referiu que o autocarro antigo não entrava no negócio, não havendo retorno. Seria sim alienado por um valor de acordo com o mercado de usados. Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que tal como tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, era mais uma lei que não fazia qualquer sentido, sendo esta do transporte de crianças um caso paradigmático. Pelo que tinha lido no documento em análise, o autocarro a adquirir era movido a combustível diesel, provavelmente, por indisponibilidade no mercado de viaturas que não utilizassem aquele tipo de combustível ou, por serem muito mais caras! Não faria mais sentido face às alterações climáticas, existir



por parte do governo incentivos para que fosse possível adquirir um autocarro que não fosse movido com aquele tipo de combustível? -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que sobre questões técnicas relacionadas com o assunto, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor, estaria mais apto do que ele para responder àquelas questões, passando-lhe a palavra. -----

No uso da palavra, o Senhor Engenheiro Jorge Heitor começou por referir, que de acordo com as pesquisas que tinham feito, os veículos elétricos de transporte de passageiros existentes atualmente no mercado português, eram vocacionados para transportes urbanos, cujas autonomias não se adaptavam às exigências do Município de Constância. Nesta zona do país, existiam alguns veículos elétricos de transportes urbanos de passageiros, como eram os casos de Tomar e Entroncamento, com percursos curtos. Referiu, que em relação a custos, um autocarro elétrico de vinte lugares, tinha um preço idêntico ao que o Município pretendia adquirir de cinquenta lugares. Relativamente às participações governamentais, elas existiam, no entanto, veículos elétricos com a capacidade pretendida, mesmo existindo no mercado, continuavam a destinar-se a circuitos urbanos, como eram os casos de Lisboa e Porto. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE “ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA Nº1/2023” - PARA DELIBERAÇÃO; ----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que de acordo com os documentos em análise, se tratava de uma proposta no sentido de injetar o saldo de gerência nas rubricas mencionadas e para os efeitos mencionados nas mesmas. Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que uma parte muito substancial do saldo, era para reforçar rubricas de despesa corrente. Eram referidos trabalhos especializados “AdmG”, desconhecendo a sigla, e do que se tratava, contendo um montante elevado de cerca de cinquenta e cinco mil euros. Também pretendia perceber, o referido sobre a praia fluvial, num valor de cerca de trinta e oito mil euros, dividido por várias rubricas. Em despesas de capital, continuava a praia fluvial, com um total de doze mil e quinhentos euros. Em concreto, do que é que se tratava? -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão dos trabalhos especializados; tratava-se de desenvolvimento de projetos especializados, no âmbito da consultadoria. Relativamente à praia fluvial; na despesa corrente estava

contemplada a contratação dos Nadadores Salvadores e, na despesa de capital, era um reforço de verba para algumas intervenções que tinham que ser feitas antes do início da próxima época balnear. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto, constituindo-se como (ANEXO VIII) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 7 – DECLARAÇÃO LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) REPORTADAS A 31/12/2022 – PARA CONHECIMENTO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a Câmara Municipal fazia o esforço por não ter pagamentos em atraso, embora sentisse tal como todas as famílias, os aumentos verificados na energia, combustíveis, gás, manutenção de edifícios, etc. tornando a gestão da Câmara cada vez mais apertada. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 8 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA DO 1º SEMESTRE DE 2022 – PARA CONHECIMENTO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----


No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de informação habitual de um documento técnico do ROC (Revisor Oficial de Contas), referente ao primeiro semestre de 2022. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 9 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal, Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para solicitar alguns esclarecimentos: no âmbito do apoio social, saúde e educação, quando era referido no documento, apoio social a refugiados ucranianos, quantas famílias refugiadas estavam no concelho e, se estavam a



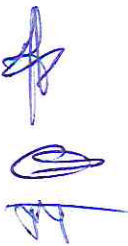
trabalhar ou não? Também era referido no documento, o desenvolvimento e acompanhamento de um procedimento de elaboração de um “Regulamento de funcionamento do serviço de atendimento e acompanhamento social”. O que pretendia saber, era se estavam a elaborar algum regulamento para o funcionamento referido ou, se tinha a ver com o acompanhamento do SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social)? Também era referido no documento, que iriam fazer a receção de bicicletas elétricas. Questionava: se; se tratava de uma realidade, onde e quando seriam colocadas e, como seria feita a sua divulgação? Relativamente à monitorização de “Aldeia Segura”, pretendia saber no que é que consistia aquele programa? -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão relacionada com as famílias Ucrainianas, referido que uma família com aquela nacionalidade e naquelas condições tinha estado no Concelho, tendo saído há pouco tempo. Quanto à questão do Regulamento, por falta de alguns elementos para poder responder com certeza, faria chegar aquela informação por escrito, à Senhora Deputada Municipal. Sobre as bicicletas elétricas; era um projeto da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), que envolvia a maioria dos municípios do Médio Tejo, financiado por fundos comunitários, sendo intensão da Câmara Municipal, a colocação de bicicletas em todas as Freguesias do Concelho. Relativamente à “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”, era um projeto antigo, no sentido de; em cada lugar do Concelho, terem sido indicadas pessoas “Oficiais de Segurança” que, em coordenação com as respetivas Juntas de Freguesia, numa situação de emergência ou incêndio naqueles lugares, entrariam em ação, retirando pessoas em perigo, através de ordens recebidas e transmitidas, colocando-as em pontos previamente estabelecidos no Plano Municipal de Segurança. Se, algum dos presidentes de Junta de Freguesia presentes, pretendessem falar sobre o assunto, com a devida autorização de Senhor Presidente da Assembleia Municipal, poderiam fazê-lo. ---- Solicitou a palavra a Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Senhora Ana Luísa Cartaxo Manique, referindo que na sua Freguesia já tinha sido feita uma simulação daquele âmbito, tendo corrido muito bem. -----

Não havendo mais questões para este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte. -----

PONTO 10 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para manifestar a sua grande preocupação em relação à antiga Resitejo, hoje RSTJ (Gestão e Tratamento de Resíduos). Aquela unidade tinha sido transformada, na perspetiva de que iria funcionar melhor, e para que as suas dívidas não relevassem para o endividamento dos municípios, assim como, para solucionar



algumas questões legais. Tendo tido conhecimento das dificuldades que persistiam naquela empresa, nomeadamente através do Relatório Oficial de Contas, onde era manifestada grande preocupação relativamente ao impacto que a dívida da RSTJ poderia vir a ter para a dívida bruta total do Município de Constância na proporção da sua participação dos dez por cento. Cruzando a informação com uma notícia publicada no Jornal “O Mirante” do dia três de fevereiro, relativa à posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém, sobre a RSTJ; criticando vários aspetos, inclusive os vencimentos praticados, não poderia deixar de mostrar a sua grande preocupação, relativamente ao impacto que poderia vir a ter nas contas do município. Assim, pretendia saber qual o ponto de situação atual da empresa, e se o município estava ou não preocupado com a situação? -----

.. Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando qual o ponto de situação sobre a possibilidade da instalação de outro Multibanco na Freguesia de Santa Margarida da Coutada? -----


Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, questionando qual o ponto de situação sobre a Loja do Cidadão? -----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinha alguma informação sobre o projeto que estava previsto, para os terrenos localizados entre Vale de Mestre e o Campo Militar de Santa Margarida? -----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que; sendo a Jornada Mundial da Juventude um encontro previsto para o nosso País, mais concretamente para Lisboa, que apoios do Município estavam previstos para aquele evento, particularmente para os jovens do Concelho de Constância? -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a situação da RSTJ; referiu que a situação o preocupava. A situação financeira era um problema crónico que se arrastava ao longo dos anos. Não poderia fornecer mais informações porque também não as possuía. Tinha lido as declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém sobre o assunto, nomeadamente, sobre os aumentos que caíam sempre sobre os cidadãos, e acompanhava o processo com preocupação. -----





Sobre a questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária; respondeu que não tinha mais informações do que as já conhecidas sobre o assunto da necessidade de mais um Multibanco na Freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----

Relativamente à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, sobre o ponto de situação da Loja do Cidadão; referiu que tinham recebido na presente semana o parecer da DGPC (Direção Geral do Património Cultural), sobre o projeto de execução da obra. Tinha sido aprovado, mas condicionado às sondagens arqueológicas a levar a efeito antes do início das obras da empreitada. Os serviços técnicos da Câmara Municipal estavam a tratar dos procedimentos necessários para a contratação de um Arqueólogo, para que fossem feitas as respetivas sondagens. No mesmo sentido, como os prazos previstos para a execução das obras para as “Lojas do Cidadão” previam para as respetivas conclusões, o final do presente ano, uma meta irrealista não só para Constância como para todos os outros Municípios com candidaturas aprovadas, já tinha solicitado uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa, estando a aguardar a marcação da mesma para expor o assunto e propor-lhe o alargamento do prazo. -----

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, aguardava a reunião com os novos proprietários dos terrenos, desconhecendo até ao momento qual a finalidade para a aquisição dos mesmos e o seu destino. -----

Relativamente à questão apresentada pelo Senhor Deputado Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, o Município estava a colaborar com a Paróquia num conjunto de iniciativas, tendo em vista o referido evento. Já tinha participado na aquisição de algumas swetes/camisolas, no entanto, quem estava à frente daquele assunto para os apoios, era o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, solicitando autorização para lhe passar a palavra. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por referir, que o que tinha ficado coordenado com a Paróquia era o seguinte: - Transportes; estando previsto virem para o Concelho cerca de cem jovens, a Câmara Municipal não dispunha de meios de transporte para todos na ida para Lisboa e regresso a Constância todos os dias. Em parceria com as três juntas de Freguesia, seriam alugados transportes para aquele efeito. Dormidas; os jovens ficariam alojados em diversas habitações particulares, nas três Freguesias do Concelho. Alimentação; os encargos com os almoços previstos nos quatro dias de duração do evento, cerca de cento e sessenta, seriam servidos na Escola, uma vez que o ATL (Atividade para os tempos livres) estava em funcionamento. Seriam adjudicadas



as refeições à mesma empresa, para os quatro dias, cerca de cento e sessenta. Estes eram os apoios previstos. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, que em seguida, colocou a votação. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

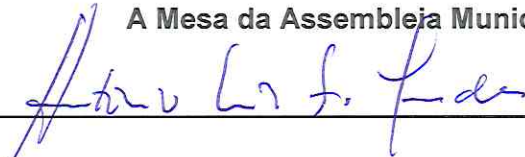
Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas, vinte e três horas e vinte e um minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

A Mesa da Assembleia Municipal,



Carla Silveiro

Maria Teresa Bani de Melo



Anexo I

“Saudação

8 de Março: Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na Lei e na vida

O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (Por proposta de Clara Zetkin) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no Mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na maternidade. -----

Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz. -----

Com a Revolução de Abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo factor de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade. -----

Uma data que, desde então é comemorada pelo Movimento Democrático das Mulheres, pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades. -----

Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País. A Assembleia Municipal saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e no vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã. -----

De, igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade. -----

A Assembleia Municipal de Constância, reunida em 24 de fevereiro de 2023, delibera dentro da esfera das suas competências, assumir o compromisso em defesa dos direitos



das mulheres como preocupação constante na sua actividade e acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida. -----

Constância, 24 de Fevereiro de 2023 -----

Os eleitos da CDU". -----





Anexo II

“Assembleia Municipal de Constância

Voto de indignação

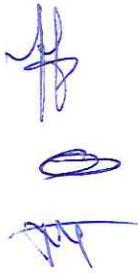
Foi hoje votado na Assembleia da República a iniciativa Parlamentar pela Abolição de Portagens nas A23 e A13. -----

Apesar das razões invocadas pelas populações e empresários, cujas portagens afectam o desenvolvimento económico da região e penaliza os seus habitantes, a maioria parlamentar votou contra a abolição de portagens nas A23 e A13. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Constância reunida a 24 de fevereiro de 2023, delibera manifestar a sua indignação pela não aprovação da iniciativa parlamentar pela abolição de Portagens nas A23 e A13 e dar conhecimento ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República a todos os grupos parlamentares e à comunicação social, este Voto de Indignação. -----

Constância, 24 de fevereiro de 2023 . -----

Os eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária”. -----



Anexo III

“Assembleia Municipal de Constância

Recomendação

Pelo direito à Habitação

Apesar da aprovação da Lei de Bases da Habitação o governo continua sem criar medidas que implementem os seus princípios optando por dar continuidade às soluções habitacionais a promover pelas medidas do *1º Direito - Nova Geração de Políticas de habitação*, que obedecem a critérios até contrários à Lei de Bases e que demonstraram serem incapazes de dar resposta aos problemas habitacionais. -----

As insuficiências são óbvias e dramáticas para a grande maioria das famílias portuguesas e dos jovens em particular que se pretendem autonomizar e constituir família, aumentadas com o agravamento das condições de vida, o aumento dos custos com a habitação, a perda de poder de compra das famílias, bem como o aumento das taxas de juro. -----

Sendo que o concelho de Constância não foge a esta realidade torna-se urgente tomar medidas que visem ajudar as famílias e os jovens que queiram fixar-se no concelho respondendo simultaneamente às carências habitacionais que comprovadamente o mercado privado não responde. -----

Em face do exposto a assembleia municipal reunida a 24 de fevereiro de 2023, recomenda à câmara municipal que: -----

- 1- Implemente as acções contidas na Estratégia Local de Habitação -----
 - 2- Elabore o Plano Municipal de Habitação -----
 - 3- Seja um agente pro activo junto das instâncias governamentais, solicitando instrumentos financeiros e legislativos que promovam a oferta pública de habitação no concelho -----
 - 4- Utilize os programas disponíveis pelo IHRU - Instituto Nacional de Habitação designadamente a habitação a custos controlados (HCC) (quer para venda quer para arrendamento), habitação social, entre outros programas disponíveis no Portal da Habitação -----
 - 5- Inste o Governo a reforçar o investimento público na reabilitação e construção de habitação pública que dê resposta às carências habitacionais a fim de alargar a oferta de habitação pública, a custos compatíveis com os rendimentos das famílias. -----
- Constância, 24 de fevereiro de 2023 -----
Os eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária” -----



Anexo IV

Voto de Solidariedade e Pesar

“A bancada do Partido Socialista renova o voto de solidariedade com o povo ucraniano e de condenação à agressão da Rússia à Ucrânia, efetuado na Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022. -----

Hoje, passado um ano do início do conflito, os eleitos do Partido Socialista apresentam também um voto de pesar por todas as vítimas desta guerra, pelos mortos e por todos os que sofrem com as consequências da invasão Russa, feridos, deslocados, refugiados, populações que viram as suas aldeias destruídas e cidades bombardeadas e pelos milhares de crianças raptadas às suas famílias. -----

Assembleia Municipal de Constância, -----

Constância, 24 de fevereiro de 2023 -----

Os eleitos do Partido Socialista.” -----



Anexo V

“Assembleia Municipal de Constância

Voto de condenação da escalada de confrontação e guerra e de exigência da paz!

É preocupante o agravamento da guerra na Ucrânia. -----

Apresentada como sendo entre a Rússia e a Ucrânia, esta guerra é, de facto, expressão da estratégia belicista em que o povo ucraniano é utilizado e sacrificado em função dessa mesma estratégia. -----

A escalada de confrontação e de guerra, o envio de armamento cada vez mais sofisticado e ofensivo, encerra sérias consequências e acrescidos perigos para os povos da Europa e do Mundo. -----

É cada vez mais evidente que são os povos que estão a pagar os custos da instigação da guerra, da deriva militarista e das sanções levadas a cabo pelos EUA, a NATO e a UE, patentes no aumento dos preços da energia, dos alimentos e de outros bens de primeira necessidade, no ataque aos direitos e às condições de vida, no agravamento da pobreza e das desigualdades, na deterioração da situação económica e social. -----

É cada vez mais evidente que quem ganha com a guerra e quer o seu prolongamento são as grandes empresas de armamento, da energia, da alimentação, da distribuição ou a banca, que acumulam lucros colossais. -----

Portugal não deve contribuir para o agravamento do conflito, do militarismo, da guerra, mas para a solução pacífica dos conflitos internacionais, a dissolução dos blocos político-militares, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, como consagrado na Constituição da República Portuguesa. -----

Assim, a Assembleia Municipal reunida a 24 de Fevereiro de 2023, -----

- Expressa a sua solidariedade para com as vítimas de uma guerra que dura há nove anos, pelo incumprimento dos acordos de Minsk, e que urge pôr fim; -----

- Apela a que se abram vias de negociação com os intervenientes visando alcançar uma solução política para o conflito e insta o Governo Português a tomar iniciativas neste sentido; -----

- Expressa a sua solidariedade para com todos os povos vítimas de confrontação e guerra, seja na Ucrânia, na Palestina, no Sara Ocidental, na Síria, no Iémen com as trágicas consequências e os sérios perigos que comportam; -----

- Apela ao cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia, caminho para assegurar os direitos dos povos, a paz, a segurança e a cooperação e inste o Governo Português a tomar iniciativas neste sentido. -----



Constância, 24 de Fevereiro de 2023 -----

Os eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária.” -----

Anexo VI

“Assembleia Municipal do Concelho de Constância

24 de Fevereiro de 2023

DECLARAÇÃO DE VOTO

2. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta “Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação 2023 – 2026”.

A bancada da CDU saúda a implementação do Plano Municipal para a Igualdade e a não Discriminação 2023-2026 e aguarda pela promoção da igualdade salarial entre pares num mesmo cargo laboral porque infelizmente essa ainda não é uma realidade no nosso Concelho nem no Município de Constância. -----

Neste ponto, a bancada da CDU sugere também a articulação entre entidades e organizações locais e até nacionais com vista a alertar o poder central para que promova e garanta o acesso das mulheres aos serviços públicos, nomeadamente à saúde, à segurança social, à educação ou aos apoios para idosos. Em 2023, ser mulher ainda é sinónimo de ser pessoa em risco. -----

Espera-se que se transformem em eficazes os instrumentos criados para o apoio às vítimas de violência doméstica. -----

É necessário que se reforce a sinalização das vítimas e o seu encaminhamento para uma rede de apoio que seja construída na comunidade. Rede esta que tenha como base a articulação dos diversos serviços públicos já existentes e os seus profissionais de modo a agilizar a resposta e o apoio que as vitimas necessitam. -----

A bancada da CDU vota favoravelmente este ponto, como não poderia ser de outro modo.

A BANCADA DA CDU” -----



Anexo VII

“Assembleia Municipal de Constância

Declaração de voto

Assunto: Desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno “Casal da Igreja” com objetivo alterar projeto nova urbanização de Santa Margarida da Coutada. -----

Os eleitos da CDU felicitam o Sr. Presidente, por considerar este projeto viável, após negação assumida nos últimos anos sempre que a CDU nesta casa insistia na necessidade de concluir o projeto de urbanização municipal em Aldeia de Santa Margarida. Todos nós nos recordamos da sua posição inflexível, e o modo lamentável quando dizia que o modelo de gestão por nós defendido era um modelo esgotado. -----

Consideramos e sempre considerámos, que este é um projeto estruturante sendo um instrumento fundamental para pôr travão ao êxodo que temos assistido nos últimos anos, e falta de fixação de nova população, em particular na freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----




Ganha o Concelho, ganha a freguesia de Santa Margarida ao disponibilizar tal infraestrutura com condições que acreditamos irá permitir reverter o quadro atual. -----

No entanto e conscientes da necessidade de adaptação/alteração do projeto às novas exigências legais, não concordamos com a eliminação de apartamentos/habitações plurifamiliares nesta urbanização. -----

No nosso ponto de vista, as justificações dadas nas informações escritas disponibilizadas para discussão e deliberação deste ponto, à data de hoje, estão desfasadas da realidade atual, não acreditamos em concreto que continue a existir uma preferência por habitações unifamiliares devido às dificuldades financeiras das famílias e dos jovens que pretendem autonomizar-se. -----

Nos últimos dois anos e com maior incidência no último, vivemos tempos muito difíceis com o aumento do custo de vida, uma inflação galopante que teima em não baixar, e um aumento assustador das taxas de juros que em muito prejudicam a vida das famílias, em particular as que pretendem construir, adquirir ou arrendar uma nova habitação. -----

Conscientes de que o direito constitucional à habitação condigna para todos, e que cada vez é menos respeitado, acreditamos e apelamos à maioria que governa o nosso concelho, que rasgue com o atual paradigma, e que ponha em prática a Estratégia Local de Habitação 2021-2031, através da oferta pública de habitação de acordo com o rendimento disponível


das famílias. -----

Face ao exposto, o nosso sentido de voto é favorável. -----

Constância, 24 de Fevereiro de 2023 -----

Os eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária” -----





Anexo VIII

“Assembleia Municipal

Declaração de Voto

Ponto 6 – Alteração Orçamental Modificativa nº1/2023

Vê-se com preocupação em termos da gestão financeira da câmara que o saldo a 31/12/2022, no montante de 348.067,02 euros, seja quase na totalidade aplicado em despesa corrente designadamente e a título de exemplo: -----

- Praia Fluvial – 38.337,50 euros -----

- Praça ConVida – 14.500,00 euros -----

- Horas extraordinárias – 21.000,00 euros -----

- Combustíveis – 17.500,00 euros -----

entre outros, que deveriam ter sido incluídos aquando da elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2023. -----

Naturalmente que se concorda com o reforço de verba para apoio ao associativismo e a construção e aquisição de equipamentos para a Praia Fluvial incluindo na despesa de capital. -----

Lamentamos não termos sido esclarecidos de quais os projetos incluídos nos trabalhos especializados no valor de 55.509,58 euros. -----

Em face do exposto anteriormente o sentido de voto foi de abstenção. -----

Constância, 24 de Fevereiro de 2023 -----

Os eleito da CDU” -----